

RESENHA

Política internacional contemporânea: questões estruturantes e novos olhares, por Jan Marcel de A. F. Lacerda, Mikelli Marzzini L. A. Ribeiro e Mariana R. O. De Lyra. Brasília: EDUFT, 2020.

Resenhistas:

Sarah Fernanda Lemos Silva¹

*Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
Universidade Estadual da Paraíba
João Pessoa – Paraíba - Brasil*

Johnatan da Costa Santos²

*Department of Theory and History of International Relations
People's Friendship University of Russia (RUDN)
Moscou - Rússia*

O livro “Política internacional contemporânea: questões estruturantes e novos olhares”, de Jan Lacerda (UFT), Mikelli Ribeiro (UFPE) e Mariana Lyra (UNILAB), autores consagrados na área de Política Internacional (PI), *analisa atores internacionais e temas contemporâneos, destacando-se uma visão sobre a Periferia Global, local de onde os autores constroem seus conhecimentos, com a pretensão de propor discussões atuais sobre temas relevantes para a PI. Segundo seu prefácio, o livro complementa estudos de graduandos e pós-graduandos, com foco em áreas análogas a PI.*

No primeiro capítulo, “Fundamentos para o estudo da Política Internacional”, os autores apresentam os princípios para o estudo dos conceitos da PI. Abordando diferentes níveis de política internacional, eles analisam ações que incluem processos políticos e fatores econômicos, sociais, culturais e religiosos, visando melhor compreender as complexidades internacionais.

Argumenta-se, no capítulo, que conceitos claros de Relações Internacionais (RI), Política Mundial e outros são importantes para ampliar escopos das explicações teóricas da PI. Portanto, o livro não se limita apenas ao estudo das relações políticas interestatais, mas também enfatiza a importância de outros atores, como ONGs, Empresas Transnacionais, Grupos de Interesse etc., que, de acordo com os autores, também possuem poder e influência na política mundial.

¹ *sarah.f.lemos@hotmail.com*

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6929-6597>

² *johnsantos@inbox.ru*

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7031-5361>

No segundo capítulo, “Perspectivas Teóricas na Política Internacional”, os autores apresentam as principais correntes teóricas das RI como ferramenta de análise para PI. No entanto, adverte-se que o foco não está em descrevê-las, e sim em como a PI é vista nelas (p. 28). Fazendo uma divisão entre teorias positivistas e pós-positivistas, e técnicas de pesquisas utilizadas, os autores introduzem o leitor em questões teórico-metodológica, como ontologia e epistemologia, explicitando contraposições entre as vertentes analisadas. Quanto à análise das principais perspectivas teóricas, são citados aspectos relevantes do realismo e do liberalismo, além de inovar, ao colocar o marxismo como teoria dominante nas RI, discordando de autores que colocam a teoria como uma diferente e possível nova ótica de análise aos pontos dominantes das RI (Halliday, 1994). Foram discutidos aspectos das teorias citadas, como a importância dos atores para as teorias e a possibilidade de cooperação entre eles.

Finalizando a discussão do capítulo, os autores pontuam três teorias como entendimentos subjetivos ou teorias pós-positivistas (p. 33). Aqui, a preocupação se dá com a ontologia e foram citadas características de construtivismo, teoria crítica e feminismo, cada uma apresentada em diversas vertentes e óticas de análise.

No terceiro capítulo, “Política Ambiental Internacional: o papel das organizações internacionais” (OIs), os autores avaliam os organismos internacionais e os atores políticos da esfera global que atuam para mitigar os efeitos climáticos. Para tanto, é necessário construir uma governança que englobará políticas em âmbito regional, nacional e internacional. Destaca-se o papel da ONU no que tange à criação de normas internacionais, que, segundo os autores, visa ampliar o engajamento das OIs na temática ambiental (p. 44-45), concordando com a visão apresentada por Axelrod e Keohanne (1985) destas organizações e seu importante papel na cooperação internacional. Ressalte-se que, apesar da importância das OIs em âmbito internacional sobre a temática, fica evidente que elas não possuem muito poder para realizar uma mudança significativa sem o aporte de Estados poderosos. Portanto, a importância do poder tradicional para implementar acordos internacionais relacionados ao meio ambiente é incontestável.

O quarto capítulo, “Organizações Não governamentais [ONGs] e a Política Internacional”, destaca que ONGs são menos hierarquizadas e mais descentralizadas se comparadas com empresas transnacionais. Aqui, os autores limitam e separam os termos poder e influência, tornando um divisor de águas no entendimento do papel deles na arena internacional. A União Europeia aparece como exemplo do poder que as ONGs vêm ganhando na arena estatal, ampliando seus poderes de lobby e tornando-se atores importantes no meio político e social. Ademais, os autores conferem às ONGs a

capacidade de influenciar acordos internacionais por meio do *shaming* (envergonhar), resultando em normas mais transparentes.

No quinto capítulo, “Gênero na pesquisa em Relações Internacionais: um enfoque a partir das abordagens Feministas”, são pontuados avanços, retrocessos e desafios do tema, explicitando que estudos de gênero e teorias feministas aparecem como tentativa de entender as desigualdades, e, assim, “buscam ajudar a entender quais são as causas e pensar de que modo é possível superá-las, assumindo um compromisso transformador dos estudos e da práxis das relações internacionais” (p.59). Utilizando autoras que construíram o movimento feminista dentro das RI, como Enloe (1989) e Tickner (1992), eles traçam uma importante linha introdutória de questões de relevância para a teoria, como sexo, gênero, papel da mulher nas análises das epistemologias tradicionais e necessidade de adotar posicionamentos metodológicos conforme análises feministas, silenciamento feminino e visão de fraqueza ligada à mulheres dentro das análises de Segurança Internacional.

Inovando, o sexto capítulo trata da difusão internacional da política pública. Em “A ação das Organizações Internacionais na difusão internacional de Políticas Públicas”, os autores pensam sobre a capacidade de alargamento de uma política pública de uma unidade para outra por meio de atores internacionais. Ali, observou-se os Estados como agentes difusores, identificando novidades como o rápido processo de difusão. O capítulo aponta, ainda, o efeito de diferentes tipos de coerção, destacando a militar, os incentivos econômicos e as mudanças de crenças. Sobre as OIs, utilizando como exemplos ONU, Mercosul e União Europeia, elas aparecem como importantes agentes da difusão da política pública, sendo relevante para difundir seus diferentes recursos técnicos e financeiros.

Os direitos humanos vêm-se tornando cada vez mais assunto de destaque na agenda internacional. Iniciando a terceira parte do livro, o sétimo capítulo, “A Agenda de Direitos Humanos no Sul Global: Brasil e África”, destaca alguns marcos fundadores que impulsionaram a importância do Direito Internacional (DI) sobre os direitos humanos. Assim, os autores analisam a agenda de direitos humanos no Sul Global, particularmente Brasil e África, e apontam que os Estados do Sul possuem certas questões em comum, como problemas e desafios em matéria de Direitos Humanos. Aponta-se um cruzamento entre as agendas de Direitos Humanos para Brasil e África: o Brasil, por meio de programas de cooperação, experiências bem-sucedidas logradas pelo governo federal, com o apoio de agências governamentais, tenta ajudar o continente africano em seu desenvolvimento.

O oitavo capítulo, “Integração regional e o olhar sobre o Sul Global”, visa expandir a visão eurocêntrica sobre a integração regional. Trazendo discussões teóricas sobre diferentes visões da integração regional, ele aborda sua expansão e processos de integração regional, conforme Economia Política Internacional, Funcionalismo, Neofuncionalismo e Intergovernamentalismo. Por fim, aponta teorias nascidas e pensadas para o Sul Global, ressignificando o regionalismo para abarcar questões próprias do Sul, como Mercosul e experiências nacionalistas Africanas, como forma de reformar práticas de colonização.

A Cooperação Sul-Sul (CSS) ganhou evidência nos Estudos Internacionais no início do século XXI. A CSS ganhou força em 1964 com a criação do Grupo 77, em que Estados do chamado Terceiro Mundo passaram a promover a ideia de Nova Ordem Econômica Internacional. No nono capítulo, “Cooperação Sul-Sul: o novo papel dos BRICS”, os autores refletem causas da criação da Nova Ordem Mundial pelas potências emergentes (p. 99). Observa-se que esta união está voltada ao conceito de cooperação para ganhos mútuos entre os países do Sul Global, ressaltando especificamente os Estados dos BRICS que, de acordo com os autores, possuem maior influência em questões políticas e econômicas. Para eles, países emergentes passaram a ser chamados de “novos provedores” mudando o olhar de atores internacionais em relação a eles.

O décimo capítulo, “Empresas transnacionais e a periferia global”, aponta lacunas não preenchidas em relação ao estudo de Empresas Transnacionais (ETNs) nas RI. Sua participação na política contemporânea é um fenômeno que transforma a exclusividade dos Estados nas RI. Gradualmente, empresas multinacionais ou, ainda, corporações multinacionais, vêm adquirindo um papel mais importante na arena internacional, por possuir ou controlar ativos específicos, como na área de tecnológica, mercadológica e organizacional. Nesse sentido, ETNs podem ter forte identidade nacional e internacional, principalmente quando são economicamente mais poderosas que diversos Estados.

No último capítulo, “Terrorismo do século XXI: Imperialismo e Terror”, discutem-se os terroristas como novos atores não legítimos da PI. Apontando o terrorismo como um conceito com várias interpretações, os autores apontam seus diversos significados. Utilizado em ataques racistas e xenofóbicos, o termo muitas vezes é, segundo eles, erroneamente ligado ao islamismo, sendo o fenômeno do terrorismo no século XXI um fenômeno complexo (p. 118), com influências do imperialismo ocidental e disputas de poder locais.

Proposto como análise de temas relevantes, o livro, destinado a estudantes de Relações Internacionais, Ciências Política e áreas afins, cumpre seu objetivo, pecando apenas em não aprofundar certas análises e não abordar temas atuais, como Migrações Internacionais, as quais, segundo Castles (2005, p.15), são importantes fatores de transformação e desenvolvimento social em todo o mundo. Com análises objetivas, há resumos de teorias importantes para compreender estudos de Política Internacional e leituras ao fim de cada capítulo, podendo ser considerado ferramenta adicional útil para construir conhecimentos, sendo provocativo em temas de pesquisas relevantes principalmente para a Periferia Global, ensejando a produção de conhecimento que pode ressignificar a colonialidade do saber imposta na região (Mignolo, 2007).

Referências

AXELROD, R.; KEOHANE, R. O. 1985. Achieving cooperation under anarchy: Strategies and institutions. **World Politics**, 38 (1): 226-254.

CASTLES, S. 2005. **Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: dos trabalhadores convidados às migrações globais**. Lisboa: Editora Fim do Século.

ENLOE, C. 1989. **Bananas, Beaches, and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. Berkeley: University of California Press.

HALLIDAY, F. 1994. **Rethinking international relations**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Macmillan.

LACERDA, J. M. de A. F.; RIBEIRO, M. M. L. A.; LYRA, M. R. O. de. 2020. **Política internacional contemporânea: questões estruturantes e novos olhares**. Brasília: EDUFT.

MIGNOLO, W. D. 2007. Introduction: Coloniality of power and de-colonial thinking. **Cultural studies**, 21 (2-3): 155-167.

TICKNER, J. A. 1992. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. New York: Columbia University Press.